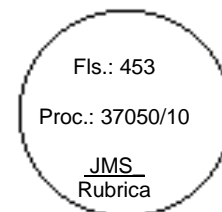




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



INFORMAÇÃO Nº 161/2013 – GAB/SEFIPE

PROCESSO Nº 37.050/2010 (02 vols.)

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Militar do Distrito Federal.

ASSUNTO: Representação.

EMENTA: Representação n.º 23/2010 – DA, oriunda do Ministério Público junto ao TCDF, acerca de possíveis irregularidades ocorridas em promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, após a edição da Lei Federal n.º 12086/09. Decisão n.º 6597/10: determinação cautelar para que o Distrito Federal e a Corporação não efetivassem promoções de militares com base no instituto da agregação até ulterior deliberação do Tribunal, e autorização para realização de inspeção na jurisdição para verificação dos fatos aduzidos. Decisão n.º 6550/11: provimento de embargos declaratórios opostos pela PMDF, restringindo a abstenção de promoções de militares à espécie de agregação prevista no art. 77, § 1º, I, da Lei Federal n.º 7289/84. Requerimento da Corporação para adoção de providências preliminares necessárias à promoção de oficiais, então marcada para 21/04/12. Decisão n.º 777/12: deferimento do pleito. Decisão n.º 1369/12: Procedência da representação e consequente determinação à PMDF para adotar providências tendentes a minimizar as agregações, dentre outras medidas, com consequente encaminhamento de resultados ao TCDF. Encaminhamento de expediente subscrito pelo então Comandante-Geral da PMDF em atendimento às determinações desta Corte. Pelo cumprimento da diligência e procedência das razões de justificativa. Realização de inspeção em obediência ao item V, “b”, da Decisão n.º 1369/12. Não aplicação pela PMDF de determinação desta Corte. Utilização irregular da redução de interstício. Decisão nº 4941/13: Desconformidade do art. 10, § 1º, do Decreto n.º 32873/11 com a Lei nº 12.086/09. Diligência complementar.

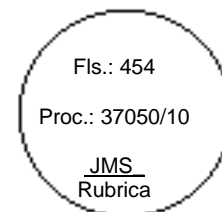
Pedido de Reexame. Análise de admissibilidade. **Pelo conhecimento.**

Senhor Relator,

Trata-se da Representação n.º 23/2010 – DA, oriunda do Ministério Público junto ao TCDF, acerca de possíveis irregularidades ocorridas em promoções



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



de militares da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, após a edição da Lei Federal n.º 12086/09, de acordo com os termos da ementa.

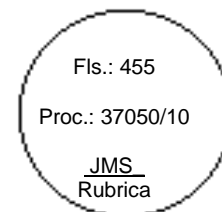
2. Na última oportunidade em que se pronunciou nos autos, a Corte, a teor da Decisão nº 4941/13 (fl. 432), baixou os autos em diligência, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 394/13 – ATJGCG e anexos (fls. 248/291), encaminhados pela Polícia Militar do Distrito Federal; b) do resultado da inspeção realizada na PMDF em atendimento ao item “V.b” da Decisão nº 1.369/2012; c) dos documentos de fls. 297/343; II – considerar atendida a diligência objeto item II da Decisão n.º 1.369/12, reiterada pelas Decisões n.ºs 6.386/12 e 694/13; III – ter por procedentes as justificativas apresentadas pelo então Comandante-Geral daquela Corporação em face do item III, “a”, da Decisão nº 694/2013; **IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) dê imediato cumprimento ao contido no item III, “a”, da Decisão n.º 1.369/12, relativamente à determinação do número de vagas para promoção provenientes de agregações em decorrência de afastamentos, inclusive nas que ocorreram em agosto/2013, e, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa para o descumprimento da referida deliberação, sob pena de aplicação de sanção, a teor do art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94, devendo a Corporação ainda encaminhar a documentação comprobatória do atendimento da diligência, uma vez efetivadas as mencionadas promoções;** b) se abstenha de praticar atos com espeque no art. 10 do Decreto n.º 32873/11 nas promoções de seus militares, tendo em vista que tal dispositivo inova a ordem jurídica ao permitir sucessivas reduções de interstício, chocando-se com o que prescreve o art. 5º, § 2º, da Lei n.º 12086/09, entendimento esse constante do Parecer n.º 2708/2011-PROPES/PGDF e do parecer subscrito pelo Procurador-Geral Adjunto nos autos do Processo nº 053.000.048/2012-PGDF, sob pena de o TCDF negar validade a tais atos; V – autorizar: a) a remessa de cópias da instrução, do Parecer nº 855/2013-DA/MPCDF e da Decisão nº 4.216/2013 à Corporação, com o fim de subsidiar o atendimento da diligência; b) a devolução dos autos à SEFIPE, para os devidos fins. **Grifamos**

3. Registre-se que foi protocolada nesta Corte a peça de fl. 434, acompanhada da documentação de fls. 435/445, que se intitula denúncia contra possível irregularidade ocorrida na PMDF, consistente em utilização do Decreto nº 32.873/11 para possibilitar sucessivas reduções de interstício nas iminentes promoções naquela Corporação, sob a suposta alegação de se estar regulamentando o art. 62 da Lei nº 12.086/09. Por se tratar de denúncia anônima, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



medida que se impõe é valer-se de tais informações em procedimentos fiscalizatórios¹ a cargo do controle externo; entretanto, tendo em conta que a matéria foi objeto da inspeção determinada pelo item V, “b”, da Decisão nº 1369/12, levada a efeito pela SEFIPE², cabe ao Tribunal apenas tomar conhecimento da referida documentação, sem outra providência a ser adotada, que não seja autorizar a manutenção de tais peças nos presentes autos.

4. Verifica-se, na atual fase processual, a admissibilidade do Pedido de Reexame apresentado pelo Comandante-Geral da PMDF contra os termos do referido *decisum* (fls. 447/452).

5. O recorrente se insurge, especificamente, contra o **item IV, “a” da Decisão nº 4941/13**, que determina o cumprimento imediato do item III, “a”, da Decisão 1.369/12.

6. Sucintamente, alega que houve um equívoco quanto à relação estabelecida entre o quantitativo de afastamentos admitido no efetivo da Polícia Militar, previsto no Decreto nº 3.014/75, e o instituto da agregação, de que trata a Lei nº 7.289/84.

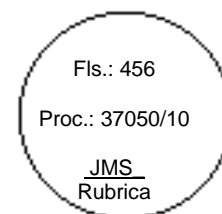
7. Nesse contexto, assevera que, segundo o Regulamento de Movimentação em vigor na Corporação, o policial militar poderá se encontrar em duas situações completamente distintas, ou agregado ou à disposição. No primeiro caso exige-se nomeação em cargo estranho à Corporação, no segundo, prescinde-se de tal requisito, o que, por conseguinte, possibilita que haja policial em atividade fora da Corporação, computado dentro do total de afastamentos, sem, no entanto, dar ensejo à agregação, que, necessariamente, tem como requisito legal a referida nomeação. Dai, não haveria, em princípio, como estabelecer estreito vínculo entre o número de total de afastamentos da Corporação, nos termos do Decreto nº 3.014/75, e o número de policiais agregados. Dessa forma, tendo em conta a possibilidade trazida pelo Decreto nº 32.810/11, no sentido de se ultrapassar o limite de 5% (cinco por cento) para o total de afastamentos, a critério do Governador, não haveria como deixar de considerar a vaga aberta em decorrência de agregações sob pena de se negar validade aos dispositivos da Lei nº 12.086/09, que as consideram expressamente para fins de promoção.

¹ § 6º O Tribunal não conhecerá de denúncia anônima, podendo valer-se das informações que contiverem na realização das auditorias e inspeções de sua competência.

² O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 394/13 – ATJGCG e anexos (fls. 248/291), encaminhados pela Polícia Militar do Distrito Federal; **b) do resultado da inspeção realizada na PMDF em atendimento ao item “V.b” da Decisão nº 1.369/2012;**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



8. Por fim, o autor da demanda requer sejam acolhidas as razões apresentadas, no sentido de se rever o item III, “a”, da Decisão nº 1369/12, reiterado pelo item IV da Decisão nº 4941/13, bem como seja conferido o caráter suspensivo inerente ao recurso, até o seu julgamento de mérito.

9. O recorrente possui legitimidade para a interposição do recurso, nos termos do *caput* do artigo 189 do Regimento Interno do TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/01.

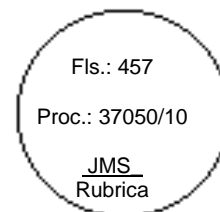
10. Quanto à tempestividade, o presente recurso foi protocolado neste Tribunal em **13/11/13** (fl. 447), a considerar que a Corporação foi cientificada do teor da Decisão nº 4941/13 em **21/10/13** (fl. 446), temos, que foi observado o prazo previsto no *caput* do art. 189 do Regimento Interno/TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/01.

Pelo exposto e tendo em vista os termos do artigo 1º, inciso III, alínea “a”, da Resolução – TCDF nº 140/01, com redação dada pelas Resoluções nºs. 174/06 e 229/11, encaminho os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, sugerindo:

- I) conhecer:
 - a. da documentação de fls. 434/445, cujo teor foi objeto da inspeção levada a efeito pela SEFIPE, consoante instrução de fls. 344/367, autorizando a manutenção das referidas peças nos autos;
 - b. do Pedido de Reexame interposto pelo Comandante –Geral da PMDF contra o item IV, “a”, da Decisão nº 4941/13, conferindo-lhe efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os arts. 188, II, “a”, e 189 do Regimento Interno do TCDF e o art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/07;
- II) dar conhecimento do teor da decisão que vier a ser adotada, em face do item I.b precedente, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/07, com o alerta que ainda pende de análise o mérito do referido recurso;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



- III) determinar o retorno dos autos à SEFIPE para a análise do mérito do recurso em apreço.

À Superior Consideração.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2013.

Sebastião Cal de Miranda
Secretário de Fiscalização de Pessoal